

MP quer anular compra sem licitação feita pelo Senado

Contrato de R\$ 5,5 milhões da Secretaria de Informática está sob suspeita

ÁUREO GERMANO

Diante de suspeitas de existência de fraudes em licitações promovidas pelo Senado Federal, o Ministério Público Federal pediu à Justiça, na semana passada, a anulação de um contrato no valor de R\$ 5,5 milhões assinado pelo órgão com a empresa Aceco Produtos para Escritório e Informática Ltda. A compra, feita com dispensa de licitação, permitiu a aquisição de equipamentos eletrônicos para a Secretaria Especial de Informática do Senado, até então conhecida como Prodasen.

Além da anulação do contrato, os procuradores Bruno Acioli, Eliana Pires e Vinícius Fermino pedem a indisponibilidade dos bens da empresa e de seis servidores da Casa, além da devolução integral dos valores. Dentre os citados estão o atual diretor-geral, Agaciel da Silva Maia, e a ex-diretora do Prodasen Regina Célia Borges, que se envolveu no escândalo da violação do painel do Senado, durante a sessão que culminou com a cassação do então senador Luiz Estevão.

Segundo os procuradores, os denunciados fizeram, além do contrato principal, que previu a aquisição de equipamentos alemães – só comercializados pela Aceco – a compra de diversos equipamentos, dentre



A ex-diretora do Prodasen, Regina Célia Borges, é uma das citadas pelo Ministério Público

eles, estantes e arquivos deslizantes. Esses produtos, no entendimento do MPF, poderiam ser adquiridos de outras empresas locais por meio da realização de outras licitações, o que não ocorreu. Os termos aditivos ao contrato somam cerca de R\$ 980 mil.

SECRETÁRIO – O diretor do Senado informou ontem que à época das compras questionadas pelos procuradores, o Pro-

dasen tinha autonomia para fazer compras e não era subordinado à diretoria da Casa. Segundo ele, as despesas eram autorizadas pelo então primeiro-secretário do órgão, o senador Ronaldo Cunha Lima. “As despesas do Prodasen eram autorizadas por ele (o senador) naquela época e, por isso, não eram de minha alçada”, esquiva-se.

Regina Célia Borges não foi localizada pela reportagem

para comentar as acusações. Os procuradores também solicitam na ação, a perda da função pública dos servidores, aplicação de multa civil equivalente a cem vezes o valor de suas remunerações. Eles vão aguardar a decisão da Justiça para definirem quais poderão ser os novos rumos que a investigação sobre a compra poderá tomar. O pedido foi protocolado na 14ª Vara Federal de Fazenda Pública do DF.